

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal do Brasil

Class.: AM-Madeira

Data 11.11.87

Pg.: 19

Madeira troca mogno dos índios por jipe

BRASÍLIA — O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, apesar de dirigir uma instituição responsável pela defesa dos interesses indígenas, assinou, em setembro deste ano, um contrato com a Mehl Florestal da Amazônia Ltda. que favorece a madeira e lesa as comunidades indígenas do Vale do Guaporé (Rondônia).

O contrato é de permuta, o que, por lei, dispensa a licitação pública (não a avaliação prévia), e subentende uma equivalência de ganhos para ambas as partes. No entanto, com a extração dos 12 mil metros cúbicos de mogno, cedro e cerejeira, a Mehl Florestal poderá obter, na pior das hipóteses, a quantia de CZ\$ 33 milhões. Dará em troca, aos índios, dois tratores, um jipe Toyota e construirá três escolas e um posto de enfermagem, tudo no valor de CZ\$ 4 milhões 387 mil. Um lucro, portanto, com a permuta, de CZ\$ 26 milhões 613 mil.

Em Vilhena (RO), o metro cúbico de mogno em pé está cotado em CZ\$ 3 mil, enquanto o de cerejeira (ou cedro) chega a CZ\$ 1 mil 500. Com a simples venda dos 10 mil metros cúbicos de mogno, mil de cedro e mil de cerejeira, a madeira obteria CZ\$ 33 milhões — isso sem falar que o metro cúbico de cedro beneficiado (em pranchas), por exemplo, chega a CZ\$ 14 mil no Rio de Janeiro (total de CZ\$ 140 milhões) e a 600 dólares para exportação (CZ\$ 580 milhões).

Em troca, em vez dos espelinhos e das miçangas dos primeiros tempos de colonização, os tutelados da Funai receberão dois tratores Massey Ferguson, zero quilômetro, equipados com carreta — o primeiro a ser entregue em agosto de 88 e o segundo em agosto de 89 (a preços de hoje, CZ\$ 806 mil cada um na revendedora Arapaima, de Vilhena); um Toyota zero quilômetro, com carroceria de madeira — trinta dias após a assinatura do contrato (CZ\$ 815 mil na Atalaia Veículos, também de Vilhena); e a construção de três escolas — com conclusão até março de 88 — e um posto de enfermagem — até junho de 88 —, todos com estrutura de madeira e telhado de amianto, cada um com área mínima de 70 metros quadrados.

Coordenador sugere tutelar a Funai

O coordenador nacional da União das Nações Indígenas (UNI), Ailton Krenak, estranhou o contrato de permuta assinado por Jucá entre a Funai e a Mehl Florestal, que lesa os índios em pelo menos CZ\$ 26 milhões 313 mil, mas afirma que o problema é, na verdade, bem mais sério.



Ailton Krenak

— A Funai está se omitindo de sua única função, que é assistir as comunidades indígenas, para assumir o papel arbitrário de exploradora do patrimônio indígena — acusou Krenak.

Ailton Krenak estranhou também que a Funai não tenha sabido calcular o valor da madeira e exigir em troca a equivalência em bens e serviços. “Sendo assim, acho que a atual administração da Funai precisa urgentemente ser tutelada por alguém. Vamos sugerir que a Procuradoria-Geral da República inclua a Funai no Código Civil como menor de idade e que passe a tutelá-la”.

— É lamentável que a Funai tenha que vender a Amazônia, que é um patrimônio de

toda a humanidade, para cumprir sua função de assistir os índios. Daqui a 15 anos, quando já tiver vendido a floresta, restará a ela vender os próprios índios como mão-de-obra — disse o coordenador da UNI.

Com a Mehl Florestal, o presidente da Funai também assinou um estranho contrato que transforma os índios em assalariados. O contrato, assinado em setembro, prevê a extração de 5 mil metros cúbicos de mogno da reserva indígena Rio Mequens, em Rondônia. Em troca, o contrato estabelece que cada chefe de família deverá receber, durante sua vigência (36 meses), “o equivalente a um piso salarial nacional, que equivale nesta data a CZ\$ 2.400”. O contrato fala também na construção, pela empresa, de uma miniusina processadora de borracha, “que deverá ser entregue até o mês de março de 1988”.

— Tornar uma comunidade indígena assalariada é um dos meios mais nefastos de desestruturar completamente toda a sua vida interna e torná-la eternamente dependente de quem lhe paga o salário. E, quando esse contrato acabar, como é que a comunidade vai sobreviver sem esse salário mínimo, que não passa de uma forma artificial de subsistência? — protesta o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antonio Brand.